



POLÍTICA OU DEMAGOGIA?

Populismo de André Ventura nas eleições presidenciais (Portugal, 2021)

Politics Or Demagogy?

André Ventura's populism in the presidential elections (Portugal, 2021)

EDUARDO JOSE MARCOS CAMILO
Universidade da Beira Interior, Portugal

KEYWORDS

Portugal
Presidential Elections
Political communication
Narrative semiotics
Rhetoric

ABSTRACT

Analysis on the speech of André Ventura (AV) in the television debates on the generalist Portuguese channels, RTP, SIC, TVI during the campaign for the presidential elections of January 2021. Study crossing semiotics and rhetoric. Semiotics will enable us to understand how AV discourse was inscribed in a political resentment. In turn, the rhetorical analysis will be useful to demonstrate the way in which his register moved away from a traditional paradigm of political expressiveness (inscribed in the deliberative genre) to one related to the judicial genre, in the scope of which it was generated a denouncement and stigmatization discursivity.

PALAVRAS CHAVE

Portugal
Eleições presidenciais
Comunicação política
Semiótica narrativa
Retórica

RESUMO

Análise do discurso de André Ventura (AV) nos debates televisivos dos canais generalistas portugueses, RTP, SIC, TVI durante a campanha para as eleições presidenciais de janeiro de 2021. Estudo que cruza semiótica e retórica. A semiótica nos permitirá compreender como o discurso AV se inscreveu no domínio do ressentimento político. Por sua vez, a análise retórica será útil para mostrar o modo como sua gravação se afastou de um paradigma tradicional de expressividade política (do gênero deliberativo) para um relacionado ao gênero judiciário, no qual foi gerado um discurso de denúncia e estigmatização.

Recibido: 25/ 04 / 2022

Aceptado: 23/ 06 / 2022

1. Introdução

Neste estudo pretendemos analisar a especificidade narrativa e discursiva das mensagens eleitorais que André Ventura (A.V.), líder do partido populista Chega, enunciou na série de debates protagonizados nos canais generalistas, RTP, SIC, TVI, durante a campanha para as eleições presidenciais entre 2 e 22 de janeiro de 2021.

Epistemologicamente, a análise, dotada de um cunho dissertativo e descritivo, é de índole semiótica e centrada numa textualidade sincrética: palavra enunciada, imagem mostrada, entoação de voz, gestualidade realizada. Esta semiótica apresenta um viés greimasiano e centra-se no âmbito das estruturas narrativas. Na apresentação do apartado referente à dissertação propomo-nos descortinar em que medida as mensagens proferidas por este candidato são textualmente características de um processo simbólico pautado pelo ressentimento, a suspeição e a estigmatização política, e contextualmente, refletem paradigmas ideológicos característicos do populismo. Também pretendemos clarificar em que medida tal dinâmica de significados adjacentes a uma “estigmatização política” é, numa perspetiva de retórica (política), sintomática de uma transição de modelos de comunicação e legitimação centrados no género deliberativo para modelos inscritos no género judicial.

Começaremos por apresentar o enquadramento epistemológico e a metodologia que aplicaremos nestes estudos e que resulta da confluência de algumas referências nucleares no âmbito teoria política referente ao populismo (Eatwell & Goodwin, 2019), da semiótica textual (Greimas, 1975, 1983, 1989; Greimas & Courtés, 1993), semiologia/análise do discurso jornalístico e literário (Angenot, 1995) e da retórica (Aristóteles, 1998). Seguidamente centraremos a nossa discussão na reflexão das características do discurso político-eleitoral de AV em termos de “discussão/reflexão de resultados” quer no respeitante à sua filiação contextual nas especificidades do populismo político, quer nas singularidades inerentes a uma textualidade colérica, panfletária e a um registo de persuasão (política) característico do género judicial.

2. Metodologia

Este estudo apresenta parentescos epistemológicos. Iniciaremos com um enquadramento contextual a partir das teses de Eatwell e Goodwin (2019) sobre o populismo. O nosso objetivo será o de demonstrar como o discurso político-eleitoral formulado de AV reflete um paradigma ideológico de direita que só nestas eleições foi explicitamente emergente e assumido em Portugal. Ao mesmo tempo este enquadramento possibilitar-nos-á posicionar as suas práticas textuais num contexto axiológico de valor negativo (portanto, adjacente a uma atitude reativa perante a alegada dissolução dos sistemas político-institucionais vigentes, a decadência dos usos, tradições e costumes, em suma a dissolução de um regime democrático e liberal e de uma forma de vida nacional) e num contexto patêmico, psicológico-afetivo (portanto, associado a um desencanto, apatia e revolta relativamente ao *status quo* vigente e instalado nas democracias liberais ocidentais).

O ponto de partida deste estudo está centrado numa análise semiótica inscrita na própria “textualidade audiovisual” de AV nos debates para as eleições presidenciais de Janeiro de 2021. Neste desiderato, explorámos centralmente uma referência: Algirdas Greimas. Referimo-nos aos seus estudos sobre a textualidade colérica (Greimas, 1989). Este ensaio é, portanto, uma análise sobre um tipo de textualidade - a textualidade audiovisual com especial destaque para o manifestado verbalmente - o dito. Todavia, tal opção não é impeditiva que outras materialidades expressivas também sejam ponderadas, com especial destaque para a paralinguística (tons de voz) ou a cinésica (posturas corporais ou gestualidades).

A partir desta análise semiótica pretendemos descrever em que medida as mensagens enunciadas por AV refletiram um *ethos* politicamente dececionado/ressentido que é consonante com o estatuto político interiorizado por certos segmentos do eleitorado (os “desencantados”), e simultaneamente um *ethos* judicial e justiceiro, isto é, um estatuto de quem não só conjectura e suspeita politicamente, apresenta provas, acusa e se escandaliza e pede castigo, mas também se propõe aplicar uma espécie de vingança política.

No enquadramento destes procedimentos, a semiótica textual de inspiração “propriana” (Vladimir Propp, 2003), posteriormente desenvolvida pelo semioticista lituano no âmbito das suas teorias sobre os percursos narrativos (com especial destaque para os da sanção cognitiva e retributiva) e as modalidades, desempenhou um papel central nesta reflexão. Sobre estas orientações epistemológicas é necessário formular um esclarecimento. Não obstante estas serem o fundamento de uma semiótica centrada principalmente na expressividade verbal, esclarecemos que a sua utilidade epistemológica e aplicabilidade científica se reconhecem em projetos de investigação centrados noutros tipos de textualidade, com destaque para a sincrética (por exemplo, texto verbal conjugado com textualidade iconográfica e gráfica). No abono desta posição, e para exemplo, repescamos duas referências nucleares da escola semiótica de Paris no que concerne ao texto publicitário impresso: Jean Marie Floch (Floch, 1993) e Luís Sanchez Corral (Corral, 1997) Em suma, enfatizamos que não é por optarmos por explorar um quadro epistemológico decorrente da análise do texto verbal que tal será impeditivo de analisar

1 O estudo comporta frequentes citações de André Ventura com os candidatos envolvidos nos referidos debates que constituíram o *corpus de* análise. Encontram-se codificados com as iniciais do nome e apelido, data da emissão e *time code*: AV – André Ventura; MRS - Marcelo Rebelo de Sousa; AG – Ana Gomes; TM– Tiago Myan; MM- Marisa Matias; VC – Vitorino Silva; JF – João Ferreira.

“objetos textuais” de materialidades expressivas complementares como sucede com o texto sincrético impresso ou o texto audiovisual (como é este o caso).

Paralá destes autores nucleares, outros também foram pertinentes para um enquadramento mais epistemológico deste tipo de textualidade: reflexões que entretanto desenvolvemos sobre a suspeita e as teorias da conspiração (Camilo, 2018), complementadas com as contribuições de Mari-Liis Madison (Madisson, 2018), a coletânea de textos sobre a suspeita editada por Jorge Lozano (Lozano, 2014), com especial destaque para a interessante reflexão de Rayco Gonzalez já traduzida para português (González, 2014; 2018), contribuições que também devem ser conjugadas com as reflexões formuladas por Marc Angenot quer sobre o ressentimento (1997), quer sobre a especificidade panfletária de jornalismo de opinião (Angenot, 1995). Ainda, e já no respeitante ao enquadramento estratégico destas práticas textuais (no que concerne a um paradigma inscrito do domínio da retórica) não só recorremos a Aristóteles (1998) mas também a estudos mais recentes de reflexão e enquadramento adjacente ao carácter “estilístico” da mensagem. Do estagirita destacamos a Retórica, principalmente as secções sobre os géneros retóricos (Aristóteles, 1998), matéria fundamental para uma posterior discussão sobre até que ponto a discursividade de AV, porque fundamentada na acusação, culpabilização e na punição, constitui um registo (político) virado para o passado e portanto um “desvio” relativo a um género (o deliberativo) característico do que é programático, do que está virado para o futuro (o político). Já sobre o enquadramento mais estilístico das mensagens proferidas por AV, as referências centram-se em Olivier Reboul (1998) e em Ana Paula Celestino Faria sobre o estatuto do género judicial na retórica aristotélica (Faria, 2000).

Algumas palavras finais para os procedimentos desta análise semiótica. Incidiu principalmente no texto verbalizado por AV, embora façamos igualmente menção à sua gestualidade e paralinguagem coerentes com os conteúdos virulentos no seu registo verbalizado, tal como já foi sublinhado. A abordagem é semelhante à concretizada por Algirdas Greimas nos ensaios semióticos patentes no Sentido (concretamente o referente à textualidade da cólera) (Greimas, 1989) e nos “exercícios práticos” que concretizou na obra sobre o conto de Guy Maupassant, “Os dois amigos” (Greimas, 1983). Dos ensaios semióticos retiramos a preocupação pela abstração inerente à criação de um quadro teórico inscrito no domínio percurso gerativo de sentido que nos possibilite explicar textualidade de AV; já do estudo de semiótica aplicada ao conto de Maupassant, inspirámo-nos no seu “fazer-ser semiótico”, na sua “escrita analítica” de descrição-exemplificação. Esse também foi o critério adaptado neste trabalho: procede por uma articulação entre dissertação-exemplificação decorrente de um *corpus* de análise “homogéneo”, isto é, composto por todos os debates que o líder do Chega participou nos canais generalistas da televisão portuguesa no período decorrente entre 2 e 22 de Janeiro de 2021.

Como esta análise está alavancada numa coleção de “textos” claramente delimitada e também porque os exemplos são ilustrativos, então os resultados só poderão apresentar alguma validade estatística em termos de representatividade quando comparados com outros estudos de escopo e tema semelhantes igualmente realizados em profundidade e tendo por referências os mesmos preceitos epistemológicos e metodológicos. Assim sendo, o que a seguir se apresentará é uma “discussão/reflexão”, uma dissertação decorrente de uma “operacionalidade”, neste caso inscrita no domínio da análise textual de escopo semiótico.

3. Objetivos

Com este estudo descritivo, adjacente a uma análise (semiótica) de caso pretendemos atingir as seguintes metas:

Descrever e contextualizar um fenómeno de comunicação política que se destacou nas últimas eleições presidenciais em Portugal pela sua “originalidade” ideológica (populismo) e virulência expressiva;

Repescar para o “*communication research*” metodologias qualitativas de análise, concretamente as da análise semiótica (em geral) e as da análise textual (narrativa e retórica) em particular, intentando demonstrar a sua utilidade epistemológica para abordagens não apenas de cariz meramente descritivo, mas também reflexivo, em busca de significações e estruturas de significado implícitas ou implícitas;

Descortinar o potencial comunicativo e persuasivo destas mensagens: as representações que veiculam, as temáticas sobre que incidem e principalmente como é representado o “outro político” (o adversário) sob a forma de um infrator, de um inimigo a abater e de um sistema político que é para abolir. Também é nosso objetivo descortinar como os debates protagonizados por AV, desempenharam “funções estratégicas” de consagração de uma vocação inscrita no domínio do populismo;

Finalmente e utilizando a terminologia do *marketing* político: discriminar o “posicionamento” deste candidato a Presidente da República Portuguesa, não só as significações que o enquadram ideologicamente no âmbito do populismo, mas também a sua expressividade, interpelativa, agressiva, por vezes insultuosa, que contribuiu para o dotar de uma clara singularidade e competitividade eleitoral.

4. Dissertação

Nesta secção descrevemos e avaliamos a originalidade do registo político-eleitoral de AV. Começamos por caracterizar o contexto nacional e internacional adjacente ao populismo de direita que enquadra a emergência e o teor agressivo da sua textualidade. Depois centramos, a atenção na sua textualidade, isto é, na sua prestação

televisiva, intentando descortinar a singularidade do seu registo.

4.1. O contexto

Descrever a prestação de AV nos debates televisivos da campanha eleitoral para as presidenciais de 2021 em Portugal implica o reconhecimento de um sentido transversal: o relativo ao descontentamento das populações com a política e os políticos. AV é um candidato que se destacou pela insatisfação:

“Esta é a Constituição que permite tudo para quem não quer fazer nada. Portanto, sim, João, eu não gosto da Constituição. Não gosto de não sei quantos deputados, não gosto de impostos que nunca mais acabam para os portugueses e as famílias, não gosto que, quando há uma lista de espera de 1000 dias, se tenha uma obsessão com o Serviço Nacional de Saúde e não se aceite outro serviço de saúde e se deixe morrer as pessoas na Guarda, no Algarve” (AV com JF; 2/1/2021; 17:25).

(...)

“Este regime precisa de uma limpeza e é essa limpeza que é preciso fazer” (...) É uma luta sem tréguas contra cumplicidade, esta teia que está a acusar a liberdade das instituições” (AV com MRS; 6/1/2021; 4:28-4:32/4:58-5:04).

O fundamento desta atitude é tanto mais compreensível se ponderado um parentesco do seu discurso com outros entretantos proferidos. Do ponto de vista da substância de conteúdo político apercebemo-nos como essas ‘com-textualidades’ apresentam a particularidade de se fundamentarem no populismo, nos D’s identificados por Eatwell e Goodwin (2019): desconfiança, destruição, despojamento e desalinhamento. Na tabela 1 identificamos com conceitos-chave.

Tabela 1: Populismo – parâmetros e conceitos fundamentais

Parâmetros do populismo	Conceitos-chave
Desconfiança	Descrença sobre a competência dos líderes e das instituições nacionais das democracias ocidentais.
Destruição	Angústia resultante do risco de perda do <i>status quo</i> político; Amargura da disparidade de oportunidades; Melancolia de um estilo de vida e oportunidades perdidas.
Despojamento	Descontentamento perante mutações do sistema laboral e económico.
Desalinhamento	Sensação de perda da representatividade político-partidária.

Fonte: Eatwell e Goodwin, 2019.

Passamos a caracterizar estes “D” para demonstrarmos como estão relacionados com uma textualidade de “frustração política”.

Em certos estratos da sociedade civil das democracias ocidentais descortina-se uma opinião pública de desconfiança sobre a vocação dos políticos. Eatwell e Goodwin (Eatwell e Goodwin, 2019) referem que esta situação tem vindo a aprofundar-se conforme as agendas de intervenção política deixaram de refletir temáticas importantes para a defesa dos interesses de certos segmentos sociais dos Estados, como é o caso do operariado. Complementarmente esta atitude incide sobre o *ethos* dos políticos, muito acusados de corrupção, deslealdade, fraqueza e afastamento dos interesses das populações nacionais. A desconfiança sobre a política e os políticos também se encontra fundamentada num desencantamento perante fenómenos sociopolíticos como o globalismo das instituições que, de algum modo, vem retirando poder de soberania aos países. É o caso, para concretizar, de organizações Fundo Monetário Internacional, a Organização Mundial do Comércio, a União Europeia cujo crescente intervencionismo nos países cresceu à custa de um enfraquecimento das esferas de decisão da anuência e da participação das populações nacionais.

O alegado distanciamento dos políticos consubstancia-se numa descrença conjugada com desprezo à política e aos políticos que reflete uma crise da representação. Consubstancia-se num discurso de “bota abaixo”, de afrontamento às instituições democráticas, assim como em teorias da conspiração.

Passemos para a segunda variável do populismo: o “D” da “destruição (Eatwell e Goodwin, 2019).

Nas últimas décadas o mundo foi objeto de profundas mutações de índole tecnocientífica (tecnologias e redes de informação, telecomunicações), laboral e económica (teletrabalho, flexibilização laboral, novos recursos energéticos, dinheiro eletrónico), social (migrações, transformações étnicas e sociais das grandes cidades, afirmação dos direitos das mulheres, individualismo e consumismo em massa e eletrónico), política

(terrorismo, partidos com novas ideologias), cultural (novas identidades, revisionismos históricos), ecológica (mudanças climáticas, proteção do ambiente). Contudo, estas mudanças não têm sido experienciadas como oportunidades, mas como “ameaças destrutivas” de um *status quo* que alguns segmentos das sociedades civis consideravam suficientemente estabilizado. Esta particularidade vai fundamentar uma textualidade política de índole essencialmente reativa, significativa de frustração e de descontentamento associados a uma melancolia do passado; uma textualidade complementada com um registo saudosista onde se descortinam sentidos de reivindicação da reposição de direitos considerados perdidos ou de frustração de quem se julgava protagonista de expectativas, mas também de deveres por parte dos Estados.

Apresentamos sinteticamente a terceira variável do populismo o “D” do despojamento referida pelos autores (Eatwell e Goodwin, 2019).

Em conjugação com o sentimento de angústia de alguns estratos das populações está a sensação de que se “perdeu o barco” perante a vida e o destino político. Algumas razões explicam tal sentimento: desde as de índole ideológica, como sucedeu com a aproximação dos partidos trabalhistas (e socialistas) aos valores neoliberais, às de cariz laboral patentes na deslocalização das esferas de produção para países da Ásia complementada com a implementação de procedimentos de automação. A estas causas conjugam-se outras, mais subtis, mas igualmente decisivas: precarização das condições e dos contratos de trabalho em sectores de produção protagonizados por homens trabalhadores, e emergência de agendas políticas viradas para a afirmação dos direitos das mulheres ou de identidades sexuais alternativas.

O despojamento consubstancia-se numa textualidade de afrontamento, de ressentimento adjacente a um prestígio e a uma honra sentidos como perdidos; numa textualidade reivindicativa de um *‘national way of life’* original e “puro”.

Finalizamos esta muito sumária caracterização contextual do registo eleitoral de AV no fenómeno do populismo com o último parâmetro, o “D” do desalinhamento partidário (Eatwell e Goodwin, 2019).

Nas democracias liberais este é um fenómeno resultante da erosão das ligações dos indivíduos aos partidos políticos tradicionais conjugado com o desvanecimento das singularidades politico-ideológicas da esquerda e direita, a emergência das “terceiras vias” e o abstencionismo decorrente da falta de sentimentos de fidelidade aos partidos instituídos. Porque sucede esta tendência? Usualmente decorre das tais atitudes de desconfiança perante a política e os políticos resultante, por sua vez de fenómenos de reestruturação das agendas político-partidárias, rumo a tópicos distintos dos tradicionais, portanto, já não exclusivamente consonantes com a defesa de direitos laborais e de classe: imigração, mudança étnica, integração europeia, refugiados, segurança, cidadania global, multiculturalismo, afirmação dos direitos das comunidades LGBT e minorias, ecologia e defesa dos direitos dos animais. A juntar a estes fatores outros são igualmente explicativos do desalinhamento. É o caso do decréscimo dos militantes dos partidos tradicionais, da existência de situações de apoio/financiamento partidário nem sempre transparente, com origem em doadores abastados (principalmente nos EUA) e da produção de campanhas eleitorais dispendiosas através de *marketeers*.

É nestes reenquadramentos políticos que se reconhece o contexto panfletário e de combate nos debates protagonizados por AV.

4.2. O texto

A textualidade de AV não aparece do nada. Como demonstrámos, reflete quadros sociopolíticos e contextualidades significativas de descontentamento (político). Semioticamente, apresentam em comum o facto de significarem duas situações de estado: uma, adjacente à experiência de uma expectativa (política) e outra, relativa a uma frustração (política). Nestas secções as referências fundamentais serão de Algirdas Greimas e Marc Angenot (Greimas, 1989; Angenot, 1982, 1994).

As significações ressentidas, quezilentas, estigmatizantes, da prestação de AV nos debates televisivos são indiciativas de uma frustração de uma situação de estado de expectativa (política) em que os sujeitos (políticos) protagonizam uma situação de espera (política) que pode ser simples ou fiduciária. (Greimas, 1989). Está relacionada com um programa narrativo que envolve sujeitos com objetos de desejo (político). Ambicionavam com eles estar em estado de conjunção. Relembre-se que, de acordo com a caracterização do contexto do populismo, esses objetos de desejo político são, por exemplo, o “emprego” e a “segurança”, mas também o “*status*” (prestígio, honra, pertença cultural). Podemos descrever o estatuto destes sujeitos de desejo como sendo ‘sujeitos não realizados (politicamente)’, isto é, que se querem conjugar com objetos de desejo (político), dependendo, no entanto, de um programa narrativo secundário protagonizado por outro actante. É este que, através da mobilização de uma certa competência (política) – na perspetiva de um querer, dever, poder e saber fazer –, os aproxima do tal objeto ambicionado (politicamente). Do ponto de vista discursivo de uma figuração (política), é o Estado (ou a suas instituições) que assegura uma transição de uma situação de disjunção dos sujeitos relativamente aos objetos de desejo (político) para outra, de conjunção. Esta transição também se faz acompanhar da transformação de uma situação de tensão e expectativa (política) para outra, de distensão e satisfação.

De destacar que este modelo narrativo não é tão linear porque relativamente às ambições destes sujeitos,

outras, formuladas por outros actantes (políticos), também podem existir, impondo ao actante Estado uma mobilização direcionada dos recursos. Assim, a sua mobilização em prol da satisfação destes actantes implicará a não mobilização (ou a não mobilização total) para os outros, originando a frustração destes, que é experienciada tanto mais intensamente quanto mais elevados eram os valores (políticos) em questão. Este é o fundamento narrativo da textualidade política de AV: o da significação de uma “frustração” complementada com outros dois fundamentos semânticos: o da “culpabilização” e o da “punição” (“estigmatização”). Acrescente-se ainda que as situações de estado de espera política estão conjugadas com situações de estado de espera fiduciária. Nesta relação entre um sujeito de desejo (político) – modalizado pelo querer – e outro, de competência (política), isto é, modalizado pelo poder e o saber fazer – surge um valor modal fundamental: o dever (político). Se o sujeito de desejo (político) se caracterizava por um estado tenso determinado pela vontade em se conjugar com um objeto de valor (político), a partir do momento em que depende/crê depender de outro (o Estado) para satisfazer tal pretensão, ao valor do seu querer se conjuga o do dever intersubjetivo, isto é, projeta no sujeito que o vai ajudar uma obrigação (política). É por isso que pensa/crê contar com este para realizar as suas esperanças, mas também o que considera como seus (legítimos) direitos (políticos). Ora justamente a significação da frustração tão bem evidenciada na textualidade de AV reflete a decepção de alguém que acreditou, mas se recrimina de ingenuidade e a revolta de quem se sente “despojado” dos seus direitos, das suas “legítimas” pretensões.

A projeção efetiva ou imaginada de deveres sobre o actante Estado consubstanciada numa não performance por parte deste, vai condicionar a natureza da frustração do sujeito de desejo político (o cidadão) que se vai reflectir, por sua vez no registo eleitoral: descontentamento concebido como o protagonismo de uma situação de dissonância cognitiva e afetiva que, para ser superada, exigirá um programa de reposição de direitos, quer sejam numa perspetiva de indemnização de perdas (direitos políticos) ou de honras (estatutos políticos). É este programa que fundamentou a prestação acintosa, agressiva, polémica, de AV no ciclo de debates, em que o bem-querer do sujeito de desejo relativo à prestação do actante Estado é substituído por uma malquerença. A rezinga também está direcionada para aquele sujeito político considerado favorecido e significado como anti-sujeito. Esta disparidade actancial vai diferenciar a natureza dos registos e dos protagonistas dos programas narrativos: eis o de rebelião – por exemplo, no discurso populista da reformulação das instituições do Estado (1) – ou o de vingança – no desejo de castigo dos culpados patente numa discursividade centrada na punição de ‘inimigos políticos’ (2):

1 - “(...) o que os portugueses valorizam em mim é a capacidade de rutura, a vontade de fazer uma rutura e eu acho que temos de fazer uma rutura. O que temos visto em Portugal é grave demais” (AV para MRS; 6/1/2021; 4:04).

2- “(...) Mas deixe-me dizer-lhe uma coisa. Você talvez não saiba os dados. A questão não é ser 4% dos ciganos ou moldavos ou 7% dos afrodescendentes. A questão é que 80% dos ciganos vivem de subsídio ou de biscates ou de subsídios temporários (...)” (AV para TM; 5/1/2021; 8.39).

É no âmbito da significação da frustração política que esta textualidade populista adquire um cunho panfletário, já que engloba significações adjacentes a uma insatisfação ou a uma decepção. A insatisfação estará relacionada com uma discursividade adjacente a um programa narrativo de sanção cognitiva. O cidadão frustrado exerce um saber: descobre com desagrado que não se encontra conjunto, ou não se encontra mais conjunto, com os valores políticos que lhe deveriam ser assegurados graças à performance do actante Estado. Nos debates televisivos de AV, esta insatisfação esta adjacente a um discurso retórico de suspeição e de incriminação:

“(...) senhor Presidente, conhece esta fotografia também? Estou-lhe a perguntar honestamente.

- Sim, conheço.

- Reconhece porque esteve lá.

- Estive lá.

(...)

- É o senhor Manuel Nascimento. O senhor Manuel Nascimento morreu dos fogos de Pedrogão sem ver...

- Eu sei.

(...)

- Senhor Presidente: uma coisa é vir aqui dar abraços, tirar selfies, outra a verdade é que o senhor, morreu, nenhuma compensação, nenhuma compensação lhe foi atribuída. Nem sequer a casa teve reconstruída.

- Já foi reconstruída, já foi reconstruída.

- Na altura não foi reconstruída. Na altura em que ele morreu a casa não foi reconstruída”(AV para MRS, 6/1/2021; 23:30).

Distinta da insatisfação é a decepção da quebra da confiança que o sujeito de (desejo) político tinha projetado.

Na significação da decepção está uma honra ferida decorrente da frustração dos deveres (do Estado) que, no caso do registo de AV, se concretiza numa persuasão sobre a implementação de um programa que não seja só de reposição de direitos, mas também de vingança (política):

“(…) Vou obrigar o Estado a fazer alguma coisa pela primeira vez há 46 anos (...) vou fiscalizar que é o que você não quer fazer. Porque andam pessoas demais a viver à custa do Estado, dos nossos impostos, dos nossos contribuintes há muitos anos (...) há problemas com estes grupos e os portugueses estão fartos de pagar para quem não quer fazer nada em Portugal” (AV para MM; 7/1/2021; 26: 41).

Esta textualidade punitiva complementa-se com um registo de estigmatização cuja loquacidade pode reportar ao grotesco e ao insulto (político). O objetivo é o exercício de um mal-querer.

É na forma como AV gere o descontentamento que se descortina a sua originalidade discursiva, que é também a do populismo, na medida em que o que oferece ao eleitorado frustrado são recursos para o exercício de uma vingança (política). A razão subjacente ao facto deste eleitorado se reconhecer como frustrado decorre da sua impotência de lutar pelos seus “direitos”, sendo o fundamento de um sentimento de amargura e tristeza unido a uma decepção (política). Ao mesmo tempo esta amargura está modalizada pelo tempo: não se resolve, vem-se prolongando, conservando: transformando num rancor à política e aos políticos. A inação performativa da vingança reflexiva deste eleitorado frustrado é então compensada por uma expressividade melancólica e associada a uma espécie de resistência passiva à política e aos políticos.

Justamente, o que AV propôs como original no registo televisivo destes debates é a inversão deste sentimento melancólico: o resgate do descontentamento político por um sentimento de expectativa da liquidação da desordem política e de reposição da honra. O que propõe é a justiça política através de um programa narrativo de incriminação e de vingança - ajuste de contas. Esta é a razão por classificarmos retoricamente a textualidade de AV na categoria retórica do género judicial, sendo esta a sua grande originalidade. É a razão que explica como a textualidade dos debates protagonizados por AV tenha sido tão virulenta:

Eu só fico um pouco espantado, Marisa, é que sabia que vinha debater comigo, não vinha debater com o rato Mickey. (...) É que não consegue desenvolver uma única ideia sem me atacar. Só que teve azar hoje, que eu vinha preparado para acabar consigo” (AV com MM; 7/1/2021; 32:29).

Esta animosidade é constatável a partir de uma discursividade carismática, exigindo em termos de adesão do eleitorado, um “tudo ou nada” num registo pleno de tropeções/apartes, entoação elevada, uma dramaturgia de afrontamento em termos de expressão facial (enfado, ira, impaciência) e corporal (dedos apontados, tronco em movimento) (Figura 1).

Figura 1. André Ventura e a dramaturgia do afrontamento (alguns exemplos)



Fonte: RTP1, Janeiro 2021.

Mas também nesta discursividade se encontram frequentes interrupções das intervenções do adversário (1), apartes de ironia (2), relacionamento agressivo com o adversário (3):

(1) AG: “Eu venho só dizer-lhe que de facto é preciso ter topete. Um sujeito que ainda há dias a revista Sábado revelava que como funcionário da autoridade tributária ajudou o patrão de Sócrates, Paulo Landa de Castro a não pagar 1 milhão aos impostos.
AV: fui suspeito de alguma coisa?”

AG: foi suspeito e está tudo contado pela revista Sábado.

AV: nunca fui arguido de nada. Oh, Ana Gomes, não minta. Eu era inspetor das atividades tributárias, como muitos funcionários, mas já falamos sobre isso.

AG: Pedro, eu gostava de não ser interrompida por este senhor” (AV com AG; 8/1/2021; 16:09).

(2) “Antes de mais eu, mais uma vez ao contrário do João e do PCP, acho que se devia ouvir os portugueses. O PCP acha que não, o Parlamento deve fazer o seu papel porque têm medo de ouvir os portugueses...” (AV com JF; 2/1/2021; 6:5)

(3) MM: “André Ventura defende uma taxa de IRS que seja comum a toda a gente: 15% do IRS. Sabe o que é que isso faz aos portugueses comuns? O que faz é que os trabalhadores, as pessoas que ganham menos rendimentos...”

AV: não diga disparates.

MM: Eu sei que o que lhe vou dizer...

AV. diga, diga!

MM: ... não lhe agrada e também sei que faz tudo ao seu alcance...

AV: não sabe do que está a falar. É só por isso que a estou a interromper. Não sabe” (AV com JF; 2/1/2021; 8:31).

Estas particularidades inscrevem-se num registo classificado por Marc Angenot como panfletário (Angenot, 1995). Está inscrito no domínio de uma discursividade doxológica dotada de uma vocação persuasiva e manipulatória (fazer crer e fazer fazer) e entimemática, pois exige à explicitação (e ao debate) os *topoi* que pressupõe. AV nada explica. E porque necessita-se as audiências para as quais se dirige já tudo sabem no respeitante ao quadro das insatisfações e das deceções? A sua estratégia limita-se então à convocação da empatia positiva (simpatia) ou negativa (antipatia).

Não existindo qualquer premissa topológica comum aos adversários, o debate só pode oscilar entre a sátira irónica ou grotesca (1) e a invetiva (2) indiciáticas não só da significação de um corte radical com o universo axiológico do adversário, mas também e, aqui se compreende o fundamento persuasivo do seu discurso, por uma aproximação de quem se considera excluído, “posto para trás”:

(1) AV: “Está com mais energia hoje. Só achei estranho demorar 10 minutos até ao Luís Filipe Vieira. Mas 10 minutos já não é mau. É só explicar-lhe isto, Dra Ana Gomes, o partido está legalizado. Chama-se le-ga-li-za-do. Há um acórdão do Tribunal Constitucional. O resto pode ter as suas fantasias (...)” (AV com AG; 6/1/2021: 21:45).

(2) “Oh, João, assumo o seu passado e o seu presente. Defende ditadores!” (...) /Jornalista:/ André Ventura, quando lhe chamam Bolsonaro, considera que é um elogio ou uma crítica? /AV:/ desde que não me chamem Nicolás Maduro, Kim Jong-Um ou outra coisa parecida é sempre uma vantagem (...)” (AV com JF; 2/1/2021; 24:16; 26:15).

No âmbito da significação desta malquerença o *ethos* de AV já não é o de um político (considerado como o de um “proponente” de um programa), mas o de um procurador que acusa. A malquerença redonda numa discursividade judicial; está inscrita num programa narrativo de sanção cognitiva fundamentado na apresentação de provas incriminatórias e num programa de sanção retributiva inscrito numa ‘penalização política’.

Neste ciclo de debates, AV é um líder que desconfia, suspeita, denúncia e apresenta provas (Camilo, 2018; Gonzalez, 2014). Destacamos como a denúncia é significativa de uma dimensão veridictória que se caracteriza por uma superação discursiva do plano das aparências (políticas), rumo ao que se encontra camuflado, escondido:

“(...) O Chega queria impedir que se continuasse a gastar dinheiro em fundações, o Bloco de Esquerda votou contra. E o vigarista sou eu? Eu acho que o vigarista está daquele lado porque anda a enganar os portugueses que são muito bonzinhos (...)” (AV para MM; 7/1/2021; 16:49).

“O Presidente Marcelo Rebelo de Sousa e agora candidato gosta de se dizer de direita, mas na verdade é que está de mão dada com o Bloco de Esquerda, PCP e PS e depois dá nisto. Dá umas fotos como esta que eu acho que ninguém à direita pode ficar feliz de ver” (AV para MRS; 6/1/2021; 10:33).

“Isso não é ser de direita! Isso é ser um travesti de direita que é pensar, fingir que é de direita quando na realidade não é” (AV para TM, 6/1/2021: 5:05).

Assim se descortina o modo como AV transporta para o campo dos media – entretanto transformado numa espécie de tribunal- o que alguns há muito suspeitavam e protestavam, propondo um interessante *casting* de antagonistas inscritos em duas categorias: a dos traidores e a dos criminosos e usurpadores. Os primeiros são significados como a personificação do Estado, os que deveriam ter exercido funções ao serviço dos desejos e interesses dos cidadãos. São os indivíduos que representam o sistema político, como sucede com os detentores de cargos de órgãos de soberania (Presidente da República, Juiz do Tribunal Constitucional, Ministro, Deputado

da Assembleia da República), os protagonistas políticos (partidos e líderes partidários) ou os adversários com que debate (predicados como representantes dos mais variados pecados políticos). A denúncia dos “traidores” consubstancia um programa narrativo de revolta/rebelião. É necessário revolucionar de cima a baixo, “fazer uma limpeza”:

“O que aconteceu com o caso de Tancos, o que aconteceu, com vários ministros, ainda agora com o caso do hidrogénio, na mesma situação, mostram que este regime precisa de uma limpeza e é esta limpeza que eu digo que é preciso de fazer” (AV para MRS, 6/1/2021: 4:20).

Em contrapartida na denúncia dos criminosos e usurpadores o registo já não é de revolta/rebelião, mas de aniquilamento, vingança justiceira, pois estes actantes são concebidos como anti-sujeitos políticos: a satisfação dos seus interesses políticos pressuporá a frustração dos outros. É relativamente àqueles que discursivamente o registo de AV mais surpreendeu pela sua dinâmica panfletária, acintosa. Em defesa dos cuja sina é a de pagar impostos, o elenco dos vilões de AV está discriminado em duas categorias temáticas estatisticamente relevantes no nosso *corpus*: os criminosos e os usurpadores. Os primeiros são os que, se aproveitando das lacunas do sistema democrático, constituem um perigo/ameaça ao sistema, conferindo ao discurso de AV um cunho justiceiro. É o caso, do ex primeiro ministro José Sócrates ou de um criminoso comum, mas perigoso, como Pedro Dias. Por sua vez, os usurpadores são os oportunistas - os que se aproveitam das falhas do sistema político em seu proveito. São objetivados recorrentemente: minorias, imigrantes, ciganos, entre outros anti-sujeitos políticos.

Nesta prestação televisiva justicialista, é de salientar o papel desempenhado pelas provas. AV não se limitou a discriminar casos significativos de desconfiguração política e a denunciar culpados, mas também a mostrar comprovativos: documentos, fotografias, gráficos. Todas são incriminatórias de “prejuízos políticos” associados a uma frustração de expectativas ou de direitos:

“Gostava de mostrar ao candidato Marcelo Rebelo de Sousa esta fotografia para ver se ele se recorda disto. Gostava de lhe perguntar se se recorda desta fotografia. Ora esta fotografia mostra tudo o que a minha direita não é” (AV para MRS, 6/1/2021; 9:34).

Não interessa que AV tenha sido processado por tal difamação; o que é importante é que demonstrou documentalmente uma opção política de Marcelo Rebelo de Sousa avaliada como desconfigurativa. Poderíamos enumerar outros exemplos da importância estratégica das provas e dos processos de suspeição nos debates de AV. Todas são procedimentos de incriminação possuindo um fundamento aparentemente extrínseco (testemunhos do real). Todavia, o modo como foram apresentadas em momentos pontuais do debate, a exaustividade da apresentação o querer com elas surpreender o adversário e impedir a sua reflexão e rebate conduzem-nos à sua classificação como provas intrínsecas. Estão associada a uma *inventio*, a uma (*dispositio*) de argumentos e complementam-se com uma dramaturgia (política) baseada em táticas de intimidação para suscitar nas audiências um *pathos*, uma paixão consubstanciada numa fruição fascinada de um debate definitivamente transformado num julgamento (político). São, portanto, recursos de sanção cognitiva, mas igualmente de sanção retributiva. Não estão só ao serviço de uma denuncia e culpabilização, mas também de uma punição (política). A sua funcionalidade também é estigmatizante. Com elas AV não se limitou a delatar e a denunciar politicamente; também propôs a execução de uma vingança.

Que propõe o líder do Chega neste ajuste de contas? Um desagramento sobre a forma de uma vingança política, e a proclamação de uma competência para o realizar. Assim, mais do que judicial, é justiceira, a fundamentação retórica subjacente à sua prestação televisiva, visando a transformação do descontentamento do eleitorado em esperança de liquidação de injustiças e de reinstalação de ordens políticas.

Mas este programa narrativo de sanção retributiva, apresenta heterogeneidades. O sentido da vingança depende da especificidade dos rivais que AV já tinha denunciado: os traidores e os usurpadores e os criminosos.

Para os traidores (concretamente, o sistema político democrático e os representantes do Estado), este programa de desagramento implica um “ataque” aos órgãos de soberania a partir da renovação/reestruturação de valores, modos de funcionamento, dinâmicas, do sistema democrático. AV não se limitou a apresentar um programa eleitoral de ação política, mas uma agenda de reformulação estrutural do sistema político. Inventariamos sumariamente o que propôs e que constitui uma reação aos “D” que fundamentam a ideologia populista de direita: para restabelecer confiança no sistema político, para solucionar as crises da representatividade política, para combater a destruição do *status quo* social, cultural e ideológico e para reagir ao despojamento decorrente da falta de oportunidades reduzirá o número de deputados e ministros, o recálculo das pensões e a suspensão das subvenções a políticos presos, bem como a reformulação dos critérios de apoio e rendimento social ao mesmo tempo que que antecipará a idade de reforma para alguns sectores certos profissionais (como é caso dos enfermeiros). Imporá também a reforma das carreiras da função pública nos sectores da saúde, ensino superior e exército a dignificação do trabalho das forças de segurança pública e a reformulação da Lei de Bases da Saúde. Do ponto de vista das finanças concretizará uma reforma fiscal e eleitoral e o corte das relações diplomáticas de Portugal com certos países como sucede com a China, Cuba, Venezuela e a Coreia do Norte. Não interessa que

boa parte destas propostas não se inscreva na esfera de competência de um Presidente da República. O que é importante é conseguir significar a esperança de desagramento político. Estes são os pressupostos do seu programa de ataque ao “polvo que está a asfixiar a democracia”, numa “luta sem tréguas contra esta cumplicidade, esta teia que está a asfixiar a liberdade das instituições” (AV para MRS, 6/1/2021: 4:47).

Complementarmente a este programa, outro se encontra explicitado, desta feita contra os criminosos e os usurpadores. Direciona-se aos aproveitadores do sistema e aos criminosos:

“Eu como político não serei o Presidente dos pedófilos, não serei o Presidente dos traficantes, não serei o Presidente dos traficantes de droga (...) não serei o Presidente dos que vivem à conta do sistema e dos manhosos do Estado, não serei o Presidente desses” (AV para MM, 7/1/2021: 26:22).

Quando centrado nestes atores políticos, esta textualidade eleitoral de de desgravo é claramente estigmatizante, recaindo sobre certos sectores da sociedade civil: os desempregados (que vivem de subsídios), os ciganos, moldavos e afro-dependentes, os especuladores (que não querem trabalhar), os deputados (fraudulentos), os imigrantes (pseudo-refugiados), os criminosos (violadores e pedófilos e homicidas, os presos libertados durante o confinamento, os terroristas políticos e os lobistas que influenciam as decisões judiciais, como sucede com Paulo Pedroso, Ferro Rodrigues e José Sócrates). Saliencia-se como esta animosidade aporta um fundamento emotivo adjacente a um conforto dos que se sentem vingados. Se o programa de rebelião se concretizava pela necessidade de aplicação de uma reforma político-institucional (é um dever fazer), já a implementação deste está associada ao querer fazer de uma vingança referente a certos sectores da sociedade política, uma vingança que se come fria e cujo prazer da sociedade política é tanto maior quanto a desilusão e o assombro decorrente do topete, da ousadia, destes anti-sujeitos:

“Vou fiscalizar que é o que você não quer fazer. Porque quando andam pessoas demais a viver à custa do Estado, dos nossos impostos, dos nossos contribuintes há muitos anos. E a Marisa Matias o que diz? São uns coitadinhos, precisam de apoio, temos que cá estar para os ajudar, ele não fala do sei do quê. Seja corajosa! Há problemas com estes grupos e os portugueses estão fartos de pagar para quem não quer fazer nada em Portugal” (AV para MM, 7/1/2021: 26:19; 26:47).

5. Conclusões

No âmbito da prestação de AV nos debates televisivos, destacaram-se três ideias:

1ª) A sua textualidade é um palimpsesto – uma textualidade cuja pregnância indicia as textualidades de certos segmentos da sociedade política que se consideram desiludidos, ressentidos. É nessa dimensão transtextual que melhor se descortina o parentesco ideológico da AV no populismo de direita;

2ª) A textualidade de AV é significativa da malquerença sobre dois atores políticos: o Estado, que, se eximiu aos seus deveres, e por isso merece castigo, e os oportunistas que beneficiam do mau funcionamento do Estado e, por isso, têm de ser “irradicados”;

3ª) Do ponto de vista semiótico, a textualidade de AV insere-se em programas narrativos de sanção cognitiva que encontram reflexo retórico numa prevalência no género judicial. Os debates caracterizam-se pelo registo da denúncia e acusação suportadas por provas adjacentes a um discurso veridictório de desmistificação política (parecer, mas não ser). Este registo complementa-se com uma narratividade característica da sanção retributiva. Os seus sentidos também estão associados a uma “malquerença” – que, neste contexto de propaganda eleitoral, classificámos como sendo de ‘vingança política’. Nestes ciclos de debates, AV assumiu-se como um anjo vingador, um “mauzão” (batismo formulado por uma adversária - Marisa Matias - e que é bem elucidativo do seu *ethos*) ao propor ao eleitorado uma competência adjacente a um querer, dever, saber e poder fazer políticos que implicam a reestruturação do Estado e simultaneamente um castigo e uma estigmatização de segmentos delimitados da sociedade civil e política. Aqui se descortina um fundamento axiologicamente negativo, censurante, acompanhado por uma espécie de abominação da política e dos políticos. É no âmbito desta dimensão moralista que, do ponto de vista da *lexis*, o seu discurso se torna mais panfletário, numa perspetiva do tom emotivo que apresenta, mesmo invetivo, uma espécie de registo de combate que atinge todos por igual: sejam os que quer efetivamente punir, sejam os seus adversários eleitorais.

6. Agradecimentos

Esta investigação encontra-se inscrita nas atividades científicas do LABCOM- Comunicação e Artes da Universidade da Beira Interior (Portugal), do grupo de investigação Comunicação e Media regido pela Professora Gisela Gonçalves.

Referências

- Angenot, M. (1995). *La parole pamphlétaire*. Payot.
- Angenot, M. (1994). *Les ideologies du ressentiment*. Éditions XYZ.
- Aristóteles (1998). *Retórica*. Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Camilo, E., Santos, A. L. & Sidoncha, U. (2018). *Sobre suspeita e culturas da desconfiança. Fundamentos e práticas*. Minerva Coimbra.
- Camilo, E. (2028). “Eu já Sabia!” Configurações da suspeição na textualidade da teoria conspiração. Em Camilo, E., Santos, A. L.; Sidoncha, U. (Eds.). *Sobre suspeita e culturas da desconfiança. Fundamentos e práticas* (pp. 111-128). Minerva Coimbra.
- Corral, L. S. (1997). *Semiótica de la publicidad. Narración y discurso*. Síntesis.
- Faria, A. P. C. (2000). A fides no género judiciário da *Retórica a Helénio*. *Letras Clássicas*, 4, 155-162.
- Festinger, L. (1957). *A theory of cognitive dissonance*. Standford Press.
- Floch, J.-M. (1993). *Semiotica, Marketing y Comunicacion: Bajo los Signos, las Estrategias*. Paidós.
- Fukuyama, F. (1999). *O Fim da História e o Último Homem*. Gradiva.
- Genette, G. (1982). *Palimpsestes. La littérature au second degré*. Seuil.
- Eatwell, R., & Goodwin, M. (2019). *Populismo. A revolta contra a democracia liberal*. Desassossego.
- Gonzalez, R. (2014). La sospecha. Uma historia de las intenciones. Em Lozano, J. (Org.) (2014) *Secretos em rede* (pp.71-80). Sequitur. (tradução portuguesa: Gonzalez, R. (2018). “A suspeita. Uma história de intenções”, em: Camilo, E., Santos, A. L.; Sidoncha, U. (Ed.). *Sobre suspeita e culturas da desconfiança. Fundamentos e práticas* (pp.43-50). Minerva).
- Greimas, A. (1975). *Sobre o sentido. Ensaios semióticos*. Editora Vozes.
- Greimas, A. (1983). *La semiótica del texto. Ejercicios prácticos*. Ediciones Paidós.
- Greimas, A. (1989). *Del Sentido II*. Gredos.
- Greimas, A. & Courtés, P. (1993). *Sémiotique. Dictionnaire raisonné de la théorie du langage*. Hachette Supérieur.
- Lozano, J. (2014) *Secretos em rede*. Sequitur.
- Reboul, O. (1998). *Introdução á retórica*. Martins Fontes.
- Reboul (sd): O slogan. Cultrix.
- Sanchez Corral, L. (1997). *Semiótica de la publicidad*. Síntesis.
- Tonnies, F. (2011). *Community and society*. Dover Publications.
- Weber, M (2017). *A Ciência e a Política Como Ofício e Vocaçao*. Relógio d’Água.
- Videografia**
- André Ventura (AV) com João Ferreira (JF). <<https://www.rtp.pt/play/p8201/e515977/presidenciais-2021-debates>>
- André Ventura (AV) com Marcelo Rebelo de Sousa (MRS). <<https://www.rtp.pt/play/p8201/e516360/presidenciais-2021-debates>>
- André Ventura (AV) com Ana Gomes (AG). <<https://www.rtp.pt/play/p8201/e516826/presidenciais-2021-debates>>
- André Ventura (AV) com Vitorino Silva (VS). <<https://www.rtp.pt/play/p8201/e515839/presidenciais-2021-debates>>
- André Ventura (AV) com Tiago Mayan (TM). <<https://www.rtp.pt/play/p8201/e516099/presidenciais-2021-debates>>
- André Ventura (AV) com Marisa Matias (MM). <<https://www.rtp.pt/play/p8201/e516600/presidenciais-2021-debates>>